



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONCURSO PÚBLICO

Cargo:

Procurador Federal de 2.^a Categoria

Caderno de Prova – Grupo I

Aplicação: 31/3/2002

CEESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Concurso Público – Aplicação: 31/3/2002

CARGO: PROCURADOR FEDERAL DE 2.^a CATEGORIA

INSTRUÇÕES

- 1 Este caderno consta da prova objetiva do Grupo I.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2002 – CESPE/UnB, de 1.º/2/2002.
- 4 Não é permitida a utilização de nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, o candidato não deverá levantar-se ou comunicar-se com outros candidatos.
- 6 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes Instruções, na Folha de Rascunho ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da prova do candidato.

AGENDA

- I **2/4/2002** – Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **3 e 4/4/2002** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas exclusivamente nos locais que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III **15/5/2002** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial da União e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva.

Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 11 DOS RECURSOS do Edital n.º 1/2002 – CESPE/UnB, de 1.º/2/2002.
 - Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)–61–448–0100.
 - É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.
-



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Concurso Público – Aplicação: 31/3/2002

CARGO: PROCURADOR FEDERAL DE 2.^a CATEGORIA

GRUPO I

Nas questões de 1 a 42, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna C; itens **ERRADOS** na coluna E. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implicará apenação ao candidato. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

QUESTÃO 1

Quanto à Constituição, às normas constitucionais, ao poder constituinte e aos direitos sociais, julgue os itens abaixo.

- ❶ Uma das classificações das constituições leva em consideração os mecanismos previstos para a mudança delas, do que resultam as categorias de constituições rígidas, flexíveis e semi-rígidas; as flexíveis são aquelas que não exigem mecanismos especiais de alteração, mais solenes e complexos que os aplicados à produção do direito infraconstitucional; em todas essas espécies, devido à supremacia da Constituição, deve haver mecanismos adequados de controle de constitucionalidade.
- ❷ Embora polêmica a existência das chamadas normas programáticas, a doutrina e a jurisprudência prosseguem fazendo referência a elas; essas normas juridicizam valores que cabe ao Estado realizar, e sua normatização dirige-se ao Poder Legislativo — ao qual cabe disciplinar os aspectos legais dos programas constitucionais —, mas também se destina aos demais órgãos do Estado.
- ❸ Se uma norma jurídica infraconstitucional admitir diferentes possibilidades de interpretação, mas nenhuma delas permitir a compatibilização da norma com o texto constitucional, então não se deverá deixar de declarar a inconstitucionalidade daquela mediante o emprego da chamada interpretação conforme a Constituição.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.
O Congresso Nacional instalou uma comissão de revisão constitucional com a finalidade de atualizar a Constituição de 1988. Por considerar que os procedimentos de reforma constitucional vigentes seriam excessivamente difíceis, a comissão sugeriu, no início de seus trabalhos, que se aprovasse emenda constitucional para abrandar os requisitos para a atualização pretendida, no período de revisão.
Nessa situação, desde que a emenda em questão fosse aprovada em conformidade com os procedimentos em vigor, não haveria óbice, segundo entende a doutrina, à validade da emenda constitucional nem à validade das emendas que viessem a ser aprovadas de acordo com os novos requisitos constitucionais.
- ❺ Embora os direitos sociais não estejam relacionados especificamente no art. 5.º da Constituição, é, em geral, aceito pela doutrina que esses direitos integram os chamados direitos fundamentais e que não dizem respeito exclusivamente àqueles decorrentes do contrato de trabalho.

QUESTÃO 2

No atinente aos direitos fundamentais, julgue os itens seguintes.

- ❶ Historicamente, os direitos que hoje se conhecem como fundamentais surgiram como limitações à ingerência abusiva do Estado na esfera da vida individual; esses direitos, essencialmente ligados à defesa da liberdade, são o que atualmente se denomina direitos de primeira geração (ou de primeira dimensão).
- ❷ Embora a jurisprudência seja predominante quanto à possibilidade de advogados poderem ser processados por crime contra a honra praticado no exercício profissional, a aplicação de normas penais a essas condutas fere, a rigor, o direito à liberdade de expressão, que tem assento constitucional e *status* de direito fundamental.
- ❸ Considerando que o art. 5.º, XII, da Constituição da República, dispõe que “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”, à luz da teoria dos direitos fundamentais, tem-se aí, no que tange à regulamentação da quebra do sigilo de correspondência e das comunicações, exemplo de incidência do princípio da reserva legal, o qual apresenta distinção em face do princípio da legalidade.
- ❹ O princípio constitucional da igualdade não veda que a lei estabeleça tratamento diferenciado entre pessoas que guardem distinções de grupo social, de sexo, de profissão, de condição econômica ou de idade, entre outras; não se admite é que o parâmetro diferenciador seja arbitrário, desprovido de razoabilidade, ou deixe de atender a alguma relevante razão de interesse público.
- ❺ Historicamente, a origem do direito de propriedade imprimiu-lhe a característica privatística que até hoje possui, embora atenuada pela disciplina que o texto constitucional lhe impõe. No entanto, o tratamento jurídico mais expressivo da propriedade limita-se a esses dois ramos do direito: o civil e o constitucional.

QUESTÃO 3

A nova conformação conferida pela Constituição de 1988 ao controle abstrato de normas e, em peculiar, à outorga do direito de propositura aos partidos políticos com representação no Congresso Nacional deu nova dimensão política a esse processo de controle. Essa conformação veio reforçar o caráter do controle abstrato de normas como mecanismo de correção do modelo incidental. A ampla legitimação conferida ao controle abstrato, com a inevitável possibilidade de se submeter qualquer questão ao Supremo Tribunal Federal (STF), operou mudança substancial — ainda que não desejada — no modelo de controle de constitucionalidade até então vigente no Brasil.

Gilmar Ferreira Mendes. *Jurisdição constitucional: o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha*. 3.ª ed., São Paulo: Saraiva, 1999, p. 323 (com adaptações).

Em face do texto acima e com relação ao controle de constitucionalidade no Brasil, julgue os itens a seguir.

- ❶ O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade é muito rico, uma vez que contempla, simultaneamente, meios de controle difuso e concentrado, bem como mecanismos de controle preventivo e repressivo; no controle preventivo, porém, não é possível, por meio de ação judicial, impedir o Poder Legislativo de deliberar acerca de determinadas matérias.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Um cidadão impetrou mandado de segurança contra ato de autoridade federal, alegando ser inconstitucional norma recém-editada, que fundamentara a prática do ato. O juiz federal indeferiu a segurança, ressaltando inexistir decisão do STF acerca do assunto. O cidadão apelou. Distribuído o recurso a uma das turmas do tribunal regional federal (TRF) competente, o órgão fracionário, na sessão de julgamento, imediatamente após colher parecer da Procuradoria Regional da República, deu provimento ao recurso e, no caso concreto, invalidou o ato, por entender que, de fato, seria inconstitucional a norma atacada.
Nessa situação, agiu de maneira juridicamente válida a turma, porquanto, no exercício do controle difuso de constitucionalidade, qualquer órgão jurisdicional brasileiro pode, em situações concretas, deixar de aplicar norma por inconstitucionalidade.
- ❸ Se o procurador-geral da República ajuizar ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) para que o STF declare, em abstrato, a inconstitucionalidade de certa norma, não poderá, posteriormente, opinar pela improcedência da ação, uma vez que tal parecer significaria, na verdade, a desistência da ação, e isso o STF não admite no controle concentrado de constitucionalidade.
- ❹ Com a Emenda Constitucional n.º 3, de 1993, ingressou no sistema brasileiro de controle abstrato de constitucionalidade a ação declaratória de constitucionalidade, como importante mecanismo para afastar, com efeito vinculante, em certos casos, decisões judiciais contraditórias acerca da constitucionalidade de norma infraconstitucional; no curso desse processo, apesar do caráter objetivo dele, pode o relator solicitar subsídios aos diferentes tribunais que estejam aplicando a norma, para que informem acerca das decisões que a envolvam, no âmbito da respectiva jurisdição.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.
A União foi ré em ação na qual, em grau de recurso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), após o devido processo legal, deixou de aplicar certa norma a um ato jurídico, por considerá-la inconstitucional. O acórdão veio a transitar em julgado. Seis meses após isso ocorrer, a União ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) perante o STF, para que este desconstituísse o acórdão do STJ, e requereu, em liminar, a suspensão da execução do julgado.
Nessa situação, a ADPF deveria ser liminarmente indeferida, porque havia outro meio eficaz de sanar a lesividade do acórdão, qual seja, o ajuizamento de ação rescisória. Ademais, a liminar não se poderia conceder para obstar a execução de decisão passada em julgado.

QUESTÃO 4

Relativamente aos direitos fundamentais e à Federação brasileira, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
Um indivíduo cometeu delito de competência da justiça federal, mas, em lugar de o inquérito policial ser enviado ao Ministério Público Federal, o indivíduo foi alvo de denúncia oferecida por promotor de justiça. O juiz de direito igualmente não se apercebeu da própria incompetência e, ao final do processo-crime, proferiu sentença condenatória, em ofensa à norma penal que sancionava a conduta ilícita em questão apenas com pena de multa. O réu apelou ao respectivo tribunal de justiça, que negou provimento ao recurso. Inconformado, o condenado impetrou *habeas corpus* ao STJ, em face da nulidade da condenação, derivada da incompetência da justiça comum.
Nessa situação, o *habeas corpus* não era meio adequado para a pretendida anulação do processo penal, não obstante ser correta a alegação de incompetência. Acertou o impetrante, contudo, quanto à competência para o *habeas corpus*, ao ajuizá-lo perante o STJ, para atacar acórdão de tribunal de justiça.
- ❷ Nos atos administrativos discricionários, a autoridade competente tem a seu dispor certa margem decisória, em que procurará atender, do melhor modo, ao interesse público; não obstante esse poder de julgamento, que faz parte da produção do ato, é juridicamente admissível a impetração de mandado de segurança contra ato administrativo discricionário.
- ❸ Determinado estado possui divisões territoriais em que os serviços públicos estão sob a responsabilidade superior de certa autoridade; essas divisões, todavia, não detêm capacidade tributária para gerar e gerir a própria receita, nem a capacidade de interferir na formação da vontade do Estado. Nessas condições, o estado em questão, a despeito de adotar divisões em seu território, não pode ser classificado como federação.
- ❹ Há, na doutrina, defensores de que, do ponto de vista jurídico-formal, os municípios integram a Federação brasileira, por força de norma constitucional que assim dispõe; essas pessoas jurídicas, entretanto, na realidade não integram plenamente a Federação, à míngua do reconhecimento, no texto da lei fundamental, de um grau de autonomia que permita reconhecer-lhes o *status* de verdadeiro nível da organização federativa brasileira.
- ❺ A possibilidade de o chefe do Poder Executivo da União, no Brasil, editar medidas provisórias constitui importante exceção ao tradicional sistema de freios e contrapesos, uma vez que concentra no mesmo órgão funções de dois dos poderes da República.

QUESTÃO 5

Com referência à repartição constitucional de competências, à administração pública e ao Poder Legislativo, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Se determinada competência administrativa não estiver arrolada entre aquelas expressamente conferidas pela Constituição à União, dever-se-á concluir que ela toca aos estados-membros e ao Distrito Federal, uma vez que, na técnica brasileira de repartição de competências, as chamadas competências reservadas cabem a estes e não àquela.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Certo órgão público deliberou que precisava de nova sede, a ser construída. Para tanto, obteve a aprovação, na lei orçamentária, de dotação com o valor necessário à obra. Como essa dotação foi aprovada em valor superior ao estritamente indispensável para a construção, o órgão estipulou, no edital de licitação para a obra, especificações que davam ao prédio características de suntuosidade e de luxo excessivo.
Nessa situação, não se podem tachar esses atos de juridicamente inválidos, uma vez que todos tiveram amparo legal, materializado na previsão da lei orçamentária.
- ❸ Ato administrativo pode obedecer ao princípio da publicidade mesmo que seu teor não seja divulgado em órgão da imprensa oficial.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.
O presidente de certo ente federal constatou que os vencimentos de seus servidores estavam defasados, do ponto de vista da manutenção do poder aquisitivo deles, em relação aos valores de tempos atrás. Em consequência, baixou ato fixando novos valores para esses vencimentos.
Nessa situação, do ponto de vista das normas constitucionais que regem os mecanismos de fixação dos vencimentos dos servidores públicos, houve ilicitude no ato do gestor público.
- ❺ Nos últimos anos, o Brasil assistiu, às vezes estupefato, à profusão de comissões parlamentares de inquérito, instaladas em órgãos legislativos para investigar os mais variados e escandalosos fatos; apesar de essas comissões haverem, em muitos casos, prestado importante serviço à sociedade brasileira, é juridicamente correto afirmar que, na verdade, elas não deveriam haver funcionado em detrimento da função verdadeiramente legiferante do Poder Legislativo, porquanto a função investigativa deste é meramente secundária e de importância menor em face da outra.

QUESTÃO 6

No que se refere ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

- ❶ Denomina-se referenda a adesão dos ministros de Estado aos atos presidenciais pertinentes à área de sua atuação; a negativa do ministro em apor a referenda tem a consequência política de implicar a exoneração do auxiliar do chefe do Poder Executivo, a pedido ou de ofício; juridicamente, porém, a ausência de referenda não torna nulo o ato, segundo pacífica doutrina constitucionalista.
- ❷ Em caso de impedimento do presidente da República, decorrente de julgamento de crime de responsabilidade, aquele ficará inabilitado, por oito anos, apenas para o exercício de mandato eletivo, mas poderá exercer função pública cujo cargo se proveja por concurso.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
Um indivíduo foi preso por importar armamento de uso privativo das forças armadas, em situação que caracterizou sua conduta como crime político, tipificado na Lei de Segurança Nacional. Ele foi denunciado pelo Ministério Público Federal e condenado, em primeiro grau, por juiz federal. Por discordar da sentença, resolveu recorrer.
Nessa situação, a competência para o julgamento era, realmente, da justiça federal, e o recurso contra a sentença deveria ser julgado diretamente pelo STF.
- ❹ Ao se configurar conflito de competência entre acórdão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e decisão de juiz federal, caberá ao STJ julgar o conflito, por envolver órgãos de diferentes ramos do Poder Judiciário.
- ❺ Apesar de o direito à vida ser o mais importante de todos os direitos e de a Constituição da República atribuir à justiça federal a competência para julgar a disputa sobre direitos indígenas, nem todo litígio que envolva ofensa ao direito à vida de indígena será necessariamente de competência da justiça federal.

QUESTÃO 7

No que diz respeito ao Ministério Público Federal, à ordem econômica, financeira e social e às limitações constitucionais do poder de tributar, julgue os itens seguintes.

- ❶ Na hipótese de procurador da República conduzir-se de maneira abusiva e ilegal em investigação sob sua responsabilidade, poderá a parte lesada recorrer ao Poder Judiciário para fazer cessar a ilegalidade, bem como, no âmbito do próprio Ministério Público Federal, poderá obter, mediante solicitação fundamentada, que o procurador-geral da República invalide os atos ilegais praticados pelo primeiro.
- ❷ Se determinado imóvel estiver sendo integralmente explorado para fins agrícolas, mas com desrespeito às normas de proteção ao ambiente, poderá sofrer as sanções previstas na legislação ambiental e ser desapropriado por interesse público, se houver motivação para isso; não poderá, contudo, sofrer desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, justamente por não poder ser classificado como imóvel improdutivo.
- ❸ Devido à ampla destinação da seguridade social no regime constitucional brasileiro, a previdência social não se destina a atender apenas aos casos de morte, invalidez e idade avançada, mas deve propiciar a cobertura de casos de doença, a proteção à maternidade, a do trabalhador em situação de desemprego involuntário e, até, a dos dependentes de certos segurados, no caso de prisão destes.
- ❹ A Constituição da República estatui que cabe à lei complementar disciplinar as limitações constitucionais ao poder de tributar; porém, como o próprio texto constitucional traz essas limitações e as normas respectivas têm caráter limitador da ação estatal, elas possuem, na maioria dos casos, aplicabilidade imediata, independentemente da regulamentação infraconstitucional.
- ❺ Em sentido amplo, a intervenção do Estado no domínio econômico não se dá apenas naqueles casos em que o poder público atue diretamente como agente econômico; também a produção de normas acerca da atividade econômica constitui, para parte da doutrina, modalidade dessa intervenção, assim como o planejamento econômico, destinado à racionalização dessa mesma intervenção.

QUESTÃO 8

Acerca da AGU, julgue os itens em seguida.

- ❶ A estrutura básica da AGU compreende três classes de órgãos: os de direção superior, os de execução e o gabinete do advogado-geral da União, como órgão de assistência direta e imediata a este. Os de direção superior são o advogado-geral da União, a Procuradoria-Geral da União e a da Fazenda Nacional (PGFN), a Consultoria-Geral da União, o Conselho Superior da AGU e a Corregedoria-Geral da Advocacia da União.
- ❷ Na hipótese de órgãos jurídicos da administração federal criarem controvérsia acerca da interpretação de determinada norma jurídica, caberá ao advogado-geral da União dirimi-la, daí devendo resultar a edição de enunciado de súmula administrativa, com a finalidade de prevenir dissensos futuros em torno da mesma questão de direito.
- ❸ Compete às procuradorias da União nos estados, como regra, a representação da União perante a justiça federal de primeiro grau; não obstante a existência de hierarquia no âmbito da AGU, não pode o advogado-geral da União atuar nesse nível da estrutura judiciária, em razão da divisão de atribuições estabelecida pela Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União (Lei Complementar n.º 73, de 1993).
- ❹ A PGFN integra a AGU, mas também guarda subordinação administrativa em relação ao ministro de Estado da Fazenda; cabe-lhe representar a União em causas de natureza fiscal, ainda que não decorram necessariamente de crédito tributário.
- ❺ Estritamente nos termos da Lei Complementar n.º 73, de 1993, pode o membro da AGU conceder entrevista a órgão de imprensa, acerca de assunto de seu trabalho, independentemente de autorização, desde que não revele dados protegidos por sigilo legal nem qualquer informação que possa prejudicar os interesses da União e da administração pública federal.

QUESTÃO 9

Julgue os itens abaixo, relativos ao domínio público hídrico, nos termos da Lei n.º 9.433, de 8/1/1997, que instituiu a política nacional de recursos hídricos.

- ❶ Perante a Constituição de 1988, a água doce é bem de domínio privado, limitado a conflitos de vizinhança ou aproveitamento para energia elétrica.
- ❷ Os recursos hídricos brasileiros constituem recursos naturais limitados cujo uso prioritário deve dirigir-se ao consumo humano e à dessedentação de animais.
- ❸ A água, perante a legislação de recursos hídricos vigente, é *res nullius*.
- ❹ A gestão de recursos hídricos é centralizada na Agência Nacional de Águas (ANA), instituída pela Lei n.º 9.984/2000.
- ❺ A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da política nacional de recursos hídricos e atuação do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

QUESTÃO 10

Julgue os itens a seguir, referentes aos atos administrativos e ao seu controle interno de legalidade.

- ❶ Caso a administração pública tenha percebido que editou um ato administrativo ilegal, deverá anulá-lo somente após comunicar o fato ao Poder Judiciário.
- ❷ Os bens que, segundo a destinação, embora integrando o domínio público, como os demais, deles difiram pela possibilidade de ser utilizados em qualquer fim, ou mesmo alienados pela administração, se assim esta o desejar, são chamados bens de uso comum.
- ❸ Em caso de ilegalidade do ato administrativo, a administração deverá revogá-lo ou anulá-lo.
- ❹ A um ato administrativo para cuja prática exige-se a conjugação de vontade de mais de um órgão da administração denomina-se ato administrativo complexo.
- ❺ O concurso público é ato-condição para a nomeação em cargo efetivo.

QUESTÃO 11

Julgue os itens que se seguem, acerca da classificação de bens públicos.

- ❶ Um prédio adquirido pela União para que nele funcione repartição da Secretaria de Receita Federal, em um estado da Federação, pode ser classificado como bem público federal dominial.
- ❷ A Praça dos Três Poderes, situada no Distrito Federal, é classificada como bem público distrital de uso comum.
- ❸ A natureza jurídica do rio Tietê, cujo percurso, desde sua nascente, limita-se ao estado de São Paulo, é de bem público de uso comum federal.
- ❹ Prédio em que funciona repartição da Advocacia-Geral da União pode ser vendido sem nenhuma operação preliminar à venda.
- ❺ O rio São Francisco, que é conhecido como rio da integração nacional, tem natureza jurídica de bem público federal.

QUESTÃO 12

Com relação ao controle e aos poderes da administração pública, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Quando a administração se vale de lei que prevê a demissão de servidor público pela prática de ato definido como crime e demite um servidor, ela exerce o poder disciplinar.
- ❷ O controle externo é o que se realiza por órgão estranho à administração responsável pelo ato controlado, como, por exemplo, a apreciação das contas dos Poderes Executivo e Judiciário pelo Poder Legislativo.
- ❸ Quando o presidente da República expede um decreto para tornar efetiva uma lei, ele exerce o poder regulamentar.
- ❹ Por meio do controle administrativo, a administração só pode anular os seus próprios atos.
- ❺ O controle externo exercido pelos tribunais de contas objetiva verificar unicamente a conformação do ato ou do procedimento administrativo com as normas legais que o regem (controle formal), desconsiderando, portanto, a análise da eficiência.

QUESTÃO 13

Marcos é governador de um estado-membro do Brasil e, por isso, tem o poder de remover servidores públicos de uma localidade para outra, para melhor atender ao interesse público. Um servidor do estado namorava a filha de Marcos, contrariamente a sua vontade. A autoridade, desejando pôr um fim ao romance, removeu o servidor para localidade remota, onde, inclusive, não havia serviço telefônico.

Acerca da situação hipotética apresentada e considerando os preceitos constitucionais da administração pública, a doutrina e a legislação de improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/1992), julgue os itens que se seguem.

- ❶ O princípio da impessoalidade da administração reflete-se e se concretiza, também, na reprovação de casos como o descrito, no qual há um desvio claro da função pública de proteção do interesse do bem-comum.
- ❷ Na hipótese, também haveria ato de improbidade, em tese, pois houve violação de princípios administrativos, mesmo sem ter havido dano direto ao erário.
- ❸ O ato descrito sofre vício de competência.
- ❹ O governador não pode ser sujeito passivo da ação de improbidade por não ser servidor público no sentido estrito.
- ❺ O ato descrito está viciado por desvio de finalidade.

QUESTÃO 14

Flávio, servidor público federal, concursado e regularmente investido na função pública, motorista do Ministério da Saúde, ao dirigir, alcoolizado, carro oficial em serviço, atropelou uma pessoa que atravessava, com prudência, uma faixa de pedestre em uma quadra residencial do Plano Piloto de Brasília, ferindo-a.

Considerando essa situação hipotética e os preceitos, a doutrina e a jurisprudência da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens seguintes.

- ❶ Com base em preceito constitucional, a vítima pode ingressar com ação de ressarcimento do dano contra a União.
- ❷ Na hipótese, há aplicação da teoria do risco integral.
- ❸ No âmbito de ação indenizatória pertinente e após o seu trânsito em julgado, Flávio nunca poderá ser responsabilizado, regressivamente, caso receba menos de dois salários mínimos.
- ❹ Caso Flávio estivesse transportando material radioativo, indevidamente acondicionado, que se propagasse no ar em face do acidente, o Estado só poderia ser responsabilizado pelo dano oriundo do atropelamento.
- ❺ Na teoria do risco administrativo, há hipóteses em que, mesmo com a responsabilização objetiva, o Estado não será passível de responsabilização.

QUESTÃO 15

Considere, por hipótese, que um cidadão venceu demanda contra a União, relativa à responsabilização civil desta por ato ilícito, tendo transitado em julgado a decisão. Acerca dessa proposição e do regime de precatórios, julgue os itens a seguir.

- ❶ Todos os pagamentos devidos pelas fazendas públicas federal, estadual e municipal far-se-ão exclusivamente na ordem de apresentação de precatórios e à conta dos créditos respectivos.
- ❷ Na execução judicial por quantia certa contra a fazenda pública federal, deverá esta pagar em 24 horas, não podendo o pedido executivo ser objeto de embargo.
- ❸ Se o credor for preterido no seu direito de preferência, o presidente do tribunal que expediu o precatório poderá ordenar o seqüestro da quantia necessária para satisfazer o débito contra a fazenda pública federal.
- ❹ É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, em regra, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios.
- ❺ Caso o cidadão deseje, poderá receber o dinheiro imediatamente por meio de acordo judicial, no qual haverá redução do montante a ser pago.

QUESTÃO 16

Com relação a institutos básicos do direito administrativo, julgue os itens abaixo.

- ❶ O controle interno das atividades administrativas é um dos meios pelos quais se exercita o poder hierárquico.
- ❷ O exame do ato administrativo revela a existência de requisitos necessários à sua formação, que podem ser assim discriminados: competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- ❸ A Lei n.º 8.112/1990 exige como requisitos básicos para a investidura em cargo público que o candidato seja brasileiro nato, sem qualquer fixação de limite de idade.
- ❹ O Estado e o administrado comparecem, em regra, em posição de igualdade nas relações jurídicas entre si.
- ❺ Os princípios do direito administrativo constantes na Constituição da República são aplicáveis aos três níveis do governo da Federação.

QUESTÃO 17

Julgue os itens abaixo, relativos à Lei de Introdução do Código Civil (LICC — Decreto-lei n.º 4.657/1942).

- ❶ Se João, brasileiro, domiciliado na Espanha, falecer ao visitar parentes no Japão, então, perante a LICC, a sucessão, em regra, deverá seguir a lei japonesa.
- ❷ Se Juan Carlos, argentino, apaixonar-se por Gabriela, paraguaia, desejando com ela contrair matrimônio, e ambos estiverem domiciliados no Brasil, então, perante a LICC, será aplicada a lei brasileira para os impedimentos dirimentes e a lei argentina para os impedimentos impeditivos.
- ❸ Se Marcos, alemão naturalizado brasileiro, celebrar contrato, no Brasil, com Vinícius, brasileiro, então, perante a LICC, será aplicada a lei brasileira em face do princípio *locus regit actum*.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.
Mário, marroquino, já casado perante a legislação brasileira, com Marta, brasileira, deseja registrar no Brasil o seu segundo casamento realizado no Marrocos.
Nesse caso, perante a LICC, será possível tal registro em face do princípio da territorialidade moderada adotado no Brasil.
- ❺ Os governos estrangeiros não podem adquirir bens imóveis no Brasil.

QUESTÃO 18

Suponha que Alberto (devedor), jogador inveterado, contraiu dívida de jogo com Pedro (credor), em janeiro de 1960. Em face dessa situação, considerando a legislação civil vigente relativa às obrigações, à prescrição e à decadência, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Caso Alberto tivesse pago a dívida em janeiro de 2001, Pedro seria obrigado a devolver a quantia paga.
- ❷ Pedro poderia ter entrado com ação de cobrança contra Alberto em janeiro de 1964.
- ❸ Na obrigação referida, há os elementos dever de Alberto de pagar (*debitum*) e a responsabilidade que alcança o patrimônio de Alberto (*obligatio*), que caracterizam as obrigações civis, segundo a teoria dualista de Brinz do vínculo jurídico obrigacional.
- ❹ Alberto, caso pague a Pedro, não poderá recobrar o valor pago.
- ❺ Nessa circunstância, há uma obrigação natural, razão pela qual Alberto não pode compensar a sua dívida com outro crédito que possua em relação a Pedro.

QUESTÃO 19

Julgue os itens subseqüentes, referentes à responsabilidade civil, inclusive por danos causados ao meio ambiente e ao consumidor, previstos, respectivamente, no Código Civil, na Lei n.º 6.938/1981 e na Lei n.º 8.078/1990.

- ❶ A responsabilidade civil decorrente de dano ecológico exclui a possibilidade de responsabilização penal ou administrativa.
- ❷ A responsabilidade civil objetiva foi adotada para o dano ambiental, consoante a Lei n.º 6.938/1981.
- ❸ No Código Civil, a regra é a da responsabilidade civil objetiva, assim como no Código Brasileiro de Defesa do Consumidor.
- ❹ Na responsabilização civil por dano ecológico, há necessidade de se provar a culpa do agente.
- ❺ No Código Civil, os relativamente incapazes são passíveis de responsabilização civil.

QUESTÃO 20

Luís adquiriu um imóvel de Fábio. No entanto, ao solicitar o registro da escritura no Cartório de Registro Imobiliário, descobriu que Fábio não era o proprietário do imóvel, sendo este de propriedade de Antônio, amigo de Fábio.

Em face dessa situação hipotética e segundo a legislação civil vigente relativa ao registro público e às obrigações e contratos, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Independentemente da situação descrita, Luís deverá ser o proprietário do imóvel oriundo de contrato de compra e venda, causa suficiente para a transferência de propriedade.
- ❷ Com base na escritura de compra e venda assinada entre Luís e Fábio, aquele poderá exigir de Antônio que transfira o imóvel para sua propriedade.
- ❸ Na hipótese de Fábio ser absolutamente incapaz e mesmo que Luís desconheça essa circunstância, Luís não poderá requerer a devolução do dinheiro pago a Fábio.
- ❹ O registro imobiliário poderá ser modificado, impondo-se pela escritura pública que Fábio seja considerado o proprietário do imóvel.
- ❺ A titularidade da propriedade prevista no Registro Imobiliário não poderá ser contestada em nenhuma hipótese por ser uma presunção absoluta.

QUESTÃO 21

Suponha que Aldo, com dezoito anos de idade, deseja ser emancipado por seus pais. Nessa situação e de acordo com a legislação civil vigente relativa à emancipação e à família, julgue os itens em seguida.

- ❶ Se apenas o pai de Aldo desejar emancipá-lo, essa emancipação terá efeito de pleno direito, nos termos do Código Civil vigente.
- ❷ A hipótese de emancipação apresentada é classificada pela doutrina como emancipação voluntária.
- ❸ Caso Aldo case-se com Maria, de vinte anos de idade, tornar-se-á plenamente capaz, apesar de não ter 21 anos de idade, o mesmo ocorrendo com ela.
- ❹ Supondo que Aldo esteja concluindo a 3.ª série do ensino médio, caso ele seja aprovado no vestibular, será automaticamente emancipado.
- ❺ Caso Aldo seja emancipado com a concordância de seus pais e queira se casar após a emancipação, ainda assim deverá ter a autorização deles.

QUESTÃO 22

Considerando a legislação civil vigente relativa ao direito das coisas, julgue os itens a seguir.

- ❶ Ao possuidor de má-fé é assegurado o direito de retenção da coisa principal, pelo valor das benfeitorias voluptuárias e necessárias.
- ❷ O possuidor de boa-fé poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias úteis e necessárias.
- ❸ As benfeitorias podem ser compensadas pelos danos causados pelo possuidor.
- ❹ A acessão é modo derivado de aquisição da propriedade imobiliária.
- ❺ É direito do usufrutuário alienar a coisa para quem quiser.

QUESTÃO 23

Julgue os itens subseqüentes, a respeito dos contratos de compra e venda.

- ❶ Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes obriga-se a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe outra coisa em troca.
- ❷ Os ascendentes não podem vender aos descendentes, sem que os outros descendentes expressamente consintam.
- ❸ Na cláusula de retrovenda, o vendedor pode reservar-se o direito de recobrar, em certo prazo, o imóvel que vendeu, restituindo o preço acrescido das despesas feitas pelo comprador.
- ❹ A venda a contento é a cláusula que subordina o contrato à condição de ficar desfeito se o comprador não agradar da coisa. Em regra, a venda a contento reputar-se-á feita sob condição suspensiva, não se aperfeiçoando o negócio enquanto o adquirente não se declarar satisfeito.
- ❺ O pacto de melhor comprador é o pacto adjeto à compra e venda em que o comprador de coisa móvel ou imóvel fica com a obrigação de oferecê-la a quem lhe vendeu, para que este use do seu direito de comprá-la e ser novamente proprietário da coisa.

QUESTÃO 24

A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada, por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada ou lhe diminua o valor. Diante de tal ocorrência, e perante a legislação civil contratual e obrigacional, julgue os itens seguintes.

- ❶ A coisa que for vendida em hasta pública pode, com os vícios referidos acima, sofrer ação redibitória.
- ❷ Em vez de rejeitar a coisa, poderá haver ação para pedir abatimento do preço.
- ❸ Se a coisa for vendida em hasta pública, não cabe a ação de pedir abatimento no preço.
- ❹ As doações gravadas com encargo estão sujeitas ao vício redibitório.
- ❺ Em um contrato de compra e venda, em regra, podem ser alegados vícios redibitórios.

QUESTÃO 25

A empresa SILVERFLASH impetrou mandado de segurança para anular sanção administrativa que lhe fora imposta pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em decisão proferida em processo administrativo, por violação à ordem econômica, em razão de determinada cláusula contratual imposta aos consumidores de seus serviços e que representava limitação ao acesso destes aos prestadores de serviços médicos. O juízo da 1.^a Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu liminar, suspendendo os efeitos do acórdão.

A partir da situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

- ❶ O CADE não possui legitimidade ativa para pleitear suspensão de segurança, se entender que a medida liminar concedida no *writ* é potencialmente danosa à ordem pública, à economia, à saúde ou a qualquer outro interesse da coletividade, devendo a medida ser requerida pelo procurador-geral da República.
- ❷ O presidente do TRF da seção judiciária a que pertence o juiz prolator da decisão cuja suspensão se requer é competente para conceder a suspensão de segurança.
- ❸ Nas hipóteses em que a liminar é concedida pelo desembargador relator em processo de competência originária do tribunal, cabe ao presidente do STF ou do STJ, conforme a matéria seja constitucional ou infraconstitucional, apreciar o pedido de suspensão da execução da liminar ou da sentença, e não ao presidente do tribunal ao qual pertence o relator.
- ❹ Não é recorrível o despacho que indefere a suspensão, mas cabe agravo da decisão que defere a suspensão.
- ❺ Não viola o princípio da unicidade recursal o entendimento de que é admissível agravo da decisão que concede liminar em mandado de segurança, para exame da ocorrência de ilegalidade ou abuso de poder ou qualquer outro vício daquela decisão, apesar da previsão estabelecida na Lei n.º 4.348/1964, para suspensão da execução da liminar ou da sentença.

QUESTÃO 26

Em relação à competência, julgue os itens seguintes.

- ❶ Nas hipóteses em que se verificar a conexão ou a continência, como causas modificadoras da competência relativa, pode o juiz, de ofício, reconhecer a incompetência, determinando a reunião dos processos, ainda que o réu se tenha mantido inerte, não apresentando exceção de incompetência.
- ❷ Se o réu não opuser exceção de incompetência na medida cautelar antecipatória que lhe for proposta, não mais poderá insurgir-se contra a incompetência relativa na ação principal.
- ❸ Se o juiz tiver sua competência prorrogada para julgar causa aforada em outra comarca, em virtude de conexão com causa de sua competência, e as partes vierem a transigir na demanda que atraiu o outro feito para o foro prevalente, pondo fim a essa demanda, o juiz perderá sua competência para decidir a lide que veio de outro foro.
- ❹ Não é possível o *simultaneus processus*, pela cumulação processual, de causas que sejam, respectivamente, de atribuição da justiça federal e da justiça local. Se, porém, em ação proposta perante órgão da justiça estadual, intervier a União, haverá cumulação subjetiva, com deslocamento imediato da competência para a justiça federal.
- ❺ Se a fazenda pública estadual intervier como terceiro em causa que corra em comarca do interior, onde não haja juízo fazendário, a causa continuará a tramitar no juízo cível onde foi proposta, em virtude de não possuir o estado foro privativo, mas se a causa correr no foro da capital, essa intervenção afetará a competência do juízo, e, assim, ocorrerá superveniente incompetência absoluta do juízo, deslocando a competência para processar e julgar a demanda da vara cível em que se encontrar a ação para a vara especializada dos feitos da fazenda pública.

QUESTÃO 27

O Movimento das donas de casa e consumidores de Minas Gerais propôs ação civil pública contra a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (EMBRATEL) e a Telecomunicações de Minas Gerais S.A. (TELEMAR), perante o juízo da 1.ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais (Belo Horizonte), requerendo a intimação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Instada a dizer se tinha interesse na causa, a ANATEL manifestou-se no sentido da falta de interesse. O juiz federal, então, remeteu os autos à justiça estadual, para prosseguir no feito. Acerca dessa situação hipotética e de temas a ela pertinentes, julgue os itens abaixo.

- ❶ O juiz federal, ao constatar a sua incompetência, diante da falta de interesse da ANATEL, deveria ter suscitado conflito negativo de competência, em vez de remeter os autos ao juízo estadual.
- ❷ O juiz federal, constatada a falta de interesse da ANATEL, deveria ter extinto o feito, sem julgamento de mérito, por falta de um dos pressupostos processuais exigíveis para regular e validar o desenvolvimento do processo: a competência do juízo.
- ❸ Na hipótese em apreço, ainda que não haja interesse da ANATEL, o juiz federal a quem fora distribuída originariamente a ação é competente para processar e julgar o feito, tendo em vista o princípio da *perpetuatio jurisdictionis*.
- ❹ Na situação considerada, cabe reclamação contra a decisão do juiz que remeteu os autos ao juízo estadual.
- ❺ Na situação descrita, se o juiz estadual, ao receber os autos, suscitar conflito negativo de competência, este será dirimido pelo TRF da região à qual pertencer o juiz federal suscitado.

QUESTÃO 28

Em relação às medidas cautelares e aos procedimentos especiais, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Pelo princípio da fungibilidade das cautelares e do poder geral de cautela do juiz, é lícito conceder-se ao autor, em tutela antecipada, providência diversa daquela requerida ou, ainda, conceder-se, de ofício, a antecipação da tutela, desde que presentes o *fumus bonis iuris* e o *periculum in mora*.
- ❷ Não tem interesse na cautelar o credor que possui título e pode propor desde logo a execução.
- ❸ Tendo em vista a possibilidade de execução imediata das antecipações de tutela, não é lícito ao juiz conceder tais medidas em causas que versem acerca de direitos indisponíveis, só se admitindo a antecipação nas causas que envolvam direitos patrimoniais.
- ❹ A execução das medidas antecipatórias de tutela são executadas após citação da parte contrária, na pessoa de seu advogado.
- ❺ Quando a tutela antecipada requerida pelo autor possuir caráter satisfativo, o juiz deve, executada a medida, extinguir o feito sem julgamento de mérito, por perda superveniente do interesse de agir.

QUESTÃO 29

Julgue os itens a seguir.

- ❶ O arrendatário é parte legítima para requerer o depósito judicial em consignação em face do credor do arrendante, para impedir a penhora sobre o imóvel arrendado.
- ❷ Alegada a insuficiência do depósito, poderá o réu levantar, desde logo, a quantia ou a coisa depositada, com a consequente liberação parcial do autor, prosseguindo o processo quanto à parcela controvertida.
- ❸ O cheque prescrito pode ser cobrado na via especial da ação monitória.
- ❹ Ainda que a ação possessória seja intentada depois de ultrapassado o prazo de ano e dia da consumação da agressão à posse, permanece limitado o campo de cognição do juiz exclusivamente às questões de natureza possessória.
- ❺ Os pedidos de regulamentação de guarda de menor, porque têm efeitos previdenciários, correm perante a justiça federal, sendo evidente o interesse do INSS no feito.

QUESTÃO 30

Em relação aos recursos, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Considerando que a devolução ao órgão *ad quem* na apelação e nos recursos extraordinário e especial tem efeitos diversos, é possível que o recorrido, vencedor da demanda, tenha necessidade de aderir ao recurso extraordinário ou ao especial para ensejar ao STF ou ao STJ a apreciação de determinada questão, mas não tenha a necessidade de fazê-lo em hipótese análoga na apelação.
- ❷ Interpostos e admitidos recursos extraordinário e especial, de regra, primeiro processa-se e julga-se o recurso especial; só depois remetem-se os autos ao STF, para julgamento do extraordinário, caso não esteja prejudicado.
- ❸ É possível que o recurso extraordinário, sendo prejudicial ao especial, suspenda este, julgando-se aquele em primeiro lugar.
- ❹ Podem ser objeto de recurso extraordinário, entre outros, acórdãos proferidos em causa de competência originária de tribunal e em casos de reexame obrigatório em segundo grau de jurisdição, ainda que ninguém haja apelado.
- ❺ Ao contrário do recurso especial, o extraordinário é cabível contra decisões de órgãos de primeiro grau não-impugnáveis por outra via, como a decisão da turma acerca de recurso contra sentença do juizado especial cível.

QUESTÃO 31

Julgue os itens seguintes.

- ❶ A execução da decisão condenatória, objeto de recurso extraordinário, é provisória, e não definitiva, e deve obedecer aos princípios do art. 588 do Código de Processo Civil.
- ❷ A eventual pendência de recurso contra a sentença que julgar improcedentes os embargos do devedor, na execução de título judicial, não obsta à definitividade da execução, podendo a parte promover, apesar dele, a hasta pública.
- ❸ Procedentes os embargos do devedor, a execução continuará suspensa na pendência da apelação.
- ❹ Não sendo possível a reunião de processos por conexão quando se tratar de incompetência absoluta, tramitando ação na justiça estadual, se uma das partes denunciar a lide à União, o juiz deverá suspender o processo principal, remetendo à justiça federal tão-somente o incidente de denunciação para que lá seja julgado.
- ❺ São cabíveis embargos infringentes em ação cautelar de competência originária do tribunal, julgada por maioria de votos, ainda que acessória de ação rescisória.

QUESTÃO 32

A respeito de ação civil pública e popular, julgue os itens em seguida.

- ❶ A propositura de ação civil pública pelo Ministério Público, visando a reparação a danos causados ao meio ambiente, não impede a propositura de ação individual para a reparação de danos oriundos do mesmo fato, não se verificando litispendência entre as ações.
- ❷ Verifica-se a ocorrência de conexão a justificar a reunião dos processos, se um deles, embora já extinto por sentença, ainda não tiver transitado em julgado, pendente o exame de apelação.
- ❸ A ação civil pública deve ser ajuizada, em regra, no foro do local onde ocorreu o dano. Tratando-se de comarca em que não haja juiz federal, e sendo a União chamada a integrar a lide, prorroga-se a competência para o juiz de direito do lugar do dano, por força do texto constitucional, salvo se na comarca existir vara da justiça federal.
- ❹ A propositura da ação popular previne a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas contra as mesmas partes e sob os mesmos fundamentos. Correndo as ações em juízos de competência territorial diversa, torna-se competente aquele que primeiro citar validamente o réu.
- ❺ Segundo o mais recente entendimento do STF, não é viável a declaração incidental de inconstitucionalidade de lei como fundamento do pedido em ação civil pública, pois esta ação, operando seus efeitos *erga omnes*, equiparar-se-ia, por vias transversas, à ação direta, em controle concentrado.

QUESTÃO 33

Considerando que a Lei n.º 8.906/1994 determina que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por constituir serviço público, goza de imunidade tributária total em relação a seus bens, rendas e serviços, e que essa mesma lei determina que compete à OAB fixar e cobrar de seus inscritos contribuições, preços de serviços e multas, julgue os itens a seguir.

- ❶ Como a Constituição da República determina que ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado a qualquer entidade, seria incorreto afirmar que tem caráter tributário a contribuição anual que a OAB cobra de seus inscritos com base na referida lei, pois não se trata de prestação pecuniária compulsória, à medida que ela somente pode ser cobrada de pessoas que espontaneamente decidiram filiar-se à OAB.
- ❷ Embora a mencionada lei disponha que a OAB goza de imunidade tributária, é correto afirmar que leis federais não podem criar imunidade tributária e que leis ordinárias federais não podem criar isenção relativamente a tributos estaduais e municipais.
- ❸ Se a União decidisse duplicar uma determinada rodovia federal e fosse comprovado que essa obra, se realizada, acarretaria aumento no preço venal dos imóveis localizados às margens da rodovia, a União poderia estabelecer uma contribuição de melhoria para arrecadar o dinheiro necessário para que a obra viesse a ser realizada, sendo que esse tributo deveria ser instituído por lei complementar e poderia ter como sujeito passivo titular de direito real de usufruto do imóvel cujo valor venal viesse a sofrer incremento em virtude da realização da obra.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.
Recentemente, descobriu-se que a vacina contra hidrofobia canina utilizada no país nos últimos dez anos era ineficiente em relação a uma nova variedade do vírus da raiva e, para evitar a disseminação da doença, lei federal determinou que, no dia 14/7/2002, todos os donos de cachorros deverão levar seus animais a um posto de vacinação para que seja aplicada uma vacina que os proteja contra o novo vírus. Além disso, a lei estabeleceu que os proprietários dos cachorros deverão pagar R\$ 3,50 pela aplicação de cada dose da vacina utilizada em seus animais.
Nesse caso, diversamente do dever de levar os cães para serem vacinados, a obrigação de pagar pela aplicação da vacina teria caráter tributário, constituindo uma taxa.
- ❺ Ao estabelecer as regras de divisão de competências legislativas entre os entes que compõem a Federação, a Constituição da República determina que cabe à União a competência legislativa residual, inclusive a competência residual em matéria tributária, pois somente a União é competente para estabelecer impostos não-definidos no próprio texto constitucional.

QUESTÃO 34

Devido à crise de energia, lei federal editada em janeiro de 2002 estabeleceu, pelo prazo de cinco anos, isenção de imposto sobre produtos industrializados (IPI) para as indústrias que se dedicassem à produção de equipamentos que transformassem energia solar e eólica em energia elétrica.

Inspirando-se nessa lei, o estado de Pernambuco concedeu isenção de ICMS às operações de circulação dos equipamentos abrangidos pela referida lei federal, desde que produzidos em estabelecimentos industriais situados naquele estado, sendo que foi mantida a tributação de operações de mesma natureza quando os equipamentos forem produzidos fora do estado.

Em face dessa situação hipotética e relativamente à obrigação tributária, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ O estabelecimento da referida isenção do IPI não poderia ter sido feito mediante decreto do presidente da República.
- ❷ Lei federal editada em 2003, que determinasse a revogação imediata da referida isenção do IPI, seria inválida, porém não seria inconstitucional.
- ❸ É inconstitucional a referida isenção do ICMS concedida por Pernambuco.
- ❹ Enquanto no direito civil há presunção relativa no sentido de que as dívidas são portáteis (*portables*), no direito tributário, as dívidas são sempre quesíveis (*quérables*), pois cabe ao sujeito passivo da obrigação tributária promover o pagamento no domicílio do credor.
- ❺ Se a legislação federal que regula o IPI estabelecesse para alimentos industrializados uma alíquota média de 10% e não determinasse incidência do imposto sobre bebidas alcoólicas destinadas à exportação, essa situação violaria a disposição constitucional que determina que a alíquota do IPI deve ser proporcional à essencialidade do produto tributado e, portanto, seria correto qualificar essa situação como uma omissão inconstitucional que poderia ser impugnada mediante ação direta de inconstitucionalidade por omissão, ajuizada perante o STF.

QUESTÃO 35

Takano é proprietário da chácara Nihon, onde reside com sua família e tem uma produção média de hortaliças. Seu imóvel situa-se na área rural do município de Utopia.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens abaixo.

- ❶ A obrigação tributária relativa ao imposto territorial rural (ITR) incidente sobre a propriedade da chácara Nihon pode ser caracterizada como uma obrigação real, porque o ITR é um imposto real, dado que seu fato gerador é a propriedade de um terreno, que é um direito real.
- ❷ Apesar de o ITR ser um tributo federal, cabe a Utopia metade do produto da arrecadação do ITR relativo a imóveis situados no município.
- ❸ A legislação tributária estabelece hipoteca legal dos bens imóveis como forma de garantir o pagamento dos créditos tributários que tenham como fato gerador a propriedade desses bens e, portanto, a chácara de Takano pode ser penhorada em processo judicial no qual seja executado crédito tributário referente a ITR incidente sobre a propriedade desse imóvel.
- ❹ Os lençóis freáticos fazem parte do patrimônio dominical da União e, portanto, apenas a União poderia instituir e cobrar de Takano tributo pela utilização da água do lençol freático localizado abaixo de sua propriedade, sendo que o tributo estabelecido com essa finalidade teria caráter de taxa, mesmo que instituído mediante lei que o chamasse de imposto.
- ❺ Se, devido a mudanças na legislação tributária municipal e estadual, a propriedade da chácara Nihon viesse a se subsumir às hipóteses de incidência tanto do ITR quanto do imposto predial e territorial urbano (IPTU), o Estado não poderia exigir de Takano o pagamento de ambos os tributos, pois, nesse caso, apesar de o ITR e o IPTU terem diferentes bases de cálculo e serem devidos a entes federados diversos, o ordenamento jurídico brasileiro vedaria a bitributação.

QUESTÃO 36

Carlos é proprietário da chácara Bragança, onde reside com sua família e tem uma produção média de hortaliças, e seu imóvel situa-se na área rural de determinado município.

Acerca desse quadro hipotético e considerando que o ITR é um imposto cujo lançamento dá-se por homologação e que a lei não fixa prazo definido para a homologação da declaração dos contribuintes desse imposto, em cada um dos itens seguintes é apresentada uma situação hipotética adicional, seguida de uma assertiva, que deverá ser julgada.

- ❶ Carlos propôs a um amigo a venda da chácara Bragança, afirmando que não havia débitos fiscais relativos ao imóvel e mostrando, como prova da inexistência de dívidas tributárias. O comprovante do pagamento da última parcela do ITR, cujo pagamento havia sido dividido em quatro parcelas. Nesse caso, como no direito tributário, diversamente do que ocorre no direito civil, o pagamento de uma parcela não gera presunção de pagamento das parcelas anteriores. O comprovante de pagamento apresentado por Carlos não é instrumento hábil para provar que ele estava em dia com suas obrigações fiscais.
- ❷ Em fevereiro de 2002, foi editada lei ordinária estabelecendo a impenhorabilidade de imóveis rurais com determinadas qualidades, nas quais a chácara Bragança se enquadrava. Nessa situação, nos termos do referido diploma normativo, tal impenhorabilidade não poderia ser argüida em caso de execução judicial de débito tributário, pois regras gerais em matéria tributária somente podem ser estabelecidas mediante lei complementar.
- ❸ Carlos era sujeito passivo de processo de execução fiscal, por meio do qual se cobrava dívida tributária derivada do não-pagamento do ITR incidente sobre a propriedade da chácara Bragança. Nesse caso, ele não podia participar de concorrência pública realizada pela União, mesmo que houvessem sido penhorados bens suficientes para garantir o pagamento da dívida.
- ❹ Carlos efetuou a declaração do ITR incidente sobre sua chácara, referente ao exercício de 1995, mas, por erro, digitou de forma equivocada o valor do imóvel, o que o fez calcular o imposto em valor 20% inferior ao devido e, conseqüentemente, o pagamento que fez do imposto foi a menor. O Estado recebeu a quantia paga, mas, passados mais de cinco anos da feita da declaração e do pagamento, não editou ato homologando a declaração. Nesse caso, ocorrerá homologação tácita da referida declaração de Carlos, o que gerará decadência do direito da União de constituir o crédito tributário relativo ao valor que Carlos deixou de recolher em virtude do erro de cálculo e, conseqüentemente, causará a extinção da obrigação tributária referente a essa quantia.
- ❺ A declaração do ITR apresentada por Carlos continha dados falsos, e o poder público efetuou lançamento de ofício, cobrando a diferença entre o valor devido e a quantia efetivamente paga. Inconformado, Carlos impugnou o lançamento, de ofício, mediante mandado de segurança, que foi julgado improcedente por não haver prova pré-constituída suficiente para a demonstração do direito alegado por Carlos. Nesse caso, a sentença do mandado de segurança faz coisa julgada material e, portanto, ocorre preclusão do direito de Carlos de ingressar com ação declaratória de inexistência de débito tributário.

QUESTÃO 37

A Constituição da República determina que compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base em determinados objetivos, os quais incluem:

- uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- irredutibilidade do valor dos benefícios;
- equidade na forma de participação no custeio;
- diversidade da base de financiamento.

Em face dessas considerações, julgue os itens a seguir.

- ❶ No Brasil, teve início, durante a Era Vargas, a edição de leis que instituía proteção previdenciária em favor tanto de trabalhadores urbanos como de trabalhadores rurais.
- ❷ Se, atualmente, tal como ocorria antes do advento da Constituição de 1988, não houvesse norma jurídica que estabelecesse para os trabalhadores rurais a obrigação de contribuir para a previdência social, essa omissão legislativa poderia ser impugnada mediante mandado de injunção.
- ❸ Enquanto a disposição constitucional que determina a irredutibilidade do valor dos benefícios ligados à seguridade social é norma de eficácia plena, o dispositivo que determina a diversidade da base de financiamento da seguridade é uma norma programática.
- ❹ Se a União editasse lei ordinária fixando a renda mensal do auxílio-acidente em 60% do salário-de-benefício, essa lei seria inconstitucional porque acarretaria diminuição no valor da renda mensal do auxílio-acidente, em flagrante violação do princípio constitucional da irredutibilidade de benefícios.
- ❺ Apesar de a Constituição da República determinar como objetivo da seguridade social a equidade na forma de participação no custeio, o acesso à saúde é universal e deve ser prestado tanto às pessoas que contribuem como às que não contribuem para a seguridade, inclusive aos estrangeiros em trânsito no país.

QUESTÃO 38

Augusto, de 65 anos de idade, é segurado obrigatório da previdência social, para a qual, na qualidade de empregado, contribuiu durante 36 anos. Há exatos dois meses, Augusto, que sempre atuou como comerciário, demitiu-se de seu último emprego, mas somente hoje ele ingressou com pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

Elvira foi companheira de Augusto durante mais de vinte anos, mas eles não tiveram filhos em comum e não há qualquer notícia de que Augusto tenha tido filhos com outra mulher. Há um ano, o casal separou-se, tendo o Poder Judiciário determinado que Augusto deveria pagar pensão alimentícia a Elvira.

Tendo em vista a situação hipotética acima descrita, julgue os itens em seguida.

- ❶ A idade de Augusto na data do pedido de aposentadoria teria relevância para a fixação da renda mensal do benefício, caso ele solicitasse aposentadoria por idade, porém, sua idade seria irrelevante para a fixação do valor da aposentadoria por tempo de contribuição.
- ❷ O pedido de concessão da aposentadoria de Augusto deve ser deferido, dado ter ele tempo de contribuição suficiente para lhe conferir direito a aposentar-se, sendo correto afirmar que a renda mensal de sua aposentadoria corresponderá ao valor integral do salário-de-benefício e que esse benefício lhe será devido a partir da data em que ele se desligou de seu último emprego.
- ❸ Se Elvira, ex-companheira de Augusto, dele recebesse pensão alimentícia, ela seria sua dependente perante o regime geral de previdência e, portanto, caso ele viesse a falecer após a concessão da aposentadoria, ela teria direito ao recebimento de pensão, benefício previdenciário cuja renda mensal corresponderia ao valor da aposentadoria paga a Augusto.
- ❹ Se, após a concessão da aposentadoria a Augusto, ele e Elvira vierem a falecer em um acidente de carro, ocorrendo comoriência, e, sete anos após o acidente, vier a ser comprovado que Bárbara, uma estudante de quinze anos, é filha de Augusto, então Bárbara terá direito de passar a receber a pensão do pai, bem como de receber as parcelas relativas aos sete anos decorridos entre a morte de Augusto e o pedido de pensão.
- ❺ Se houvesse ocorrido um substancial aumento no salário mínimo no dia em que Augusto pediu demissão de seu último emprego, seria possível que o salário-de-benefício relacionado à aposentadoria de Augusto fosse menor que o salário mínimo vigente no país no momento de sua aposentadoria. Porém, a renda mensal da aposentadoria de Augusto, tal como a renda mensal de auxílio-acidente a que fizesse jus antes de sua aposentadoria, não poderia ser menor que um salário mínimo, mesmo que ele fizesse parte de regime facultativo de previdência privada em que tivesse benefício com renda mensal maior que dois salários mínimos.

QUESTÃO 39

Julgue os seguintes itens.

- ❶ Considere a seguinte situação hipotética.
- A Sudoeste Incorporações Ltda. é uma empresa que possui débitos relativos à contribuição destinada à manutenção da seguridade social, e confessou essa dívida ao poder público, tendo realizado acordo com o Estado no sentido de fazer o pagamento parcelado do débito.
- Nesse caso, mesmo tendo sido deferido o parcelamento do débito, para que a empresa tivesse direito a receber do Estado o documento necessário para que ela pudesse registrar validamente memorial de incorporação no registro de imóveis, seria necessário que ela oferecesse garantia no valor mínimo de 120% do valor total da dívida.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
- Ricardo, filiado obrigatório na qualidade de empregado, sofreu ferimentos, em virtude de um acidente automobilístico, que lhe fizeram permanecer internado durante trinta dias e mantiveram-no outros sessenta dias afastado de seu emprego.
- Nesse caso, pode acontecer que sejam idênticos os valores dos quatro elementos seguintes: o salário recebido por Ricardo de seu empregador, o seu salário-de-contribuição, o seu salário-de-benefício relativo a auxílio-doença e a renda mensal do auxílio-doença a que ele teria direito em virtude de o referido acidente o ter incapacitado para o trabalho por período superior a quinze dias.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
- Paulo, filiado obrigatório na qualidade de empregado, sofreu ferimentos, em virtude de um acidente automobilístico, que lhe fizeram permanecer internado durante trinta dias e mantiveram-no outros sessenta dias afastado de seu emprego.
- Nesse caso, Paulo somente teria direito a receber auxílio-acidente se, após consolidação das lesões decorrentes do referido acidente, restassem seqüelas irreversíveis que implicassem redução da sua capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. Adicionalmente, ele teria direito a receber o auxílio-acidente mesmo antes do término do auxílio-doença relacionado às lesões causadas pelo referido acidente, desde que ficasse comprovado, por perícia médica, a irreversibilidade das seqüelas e sua interferência na capacidade de Paulo para o trabalho.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.
- Amélia ingressou no regime geral da previdência social em janeiro de 2001, quando foi contratada como empregada em uma farmácia, já estando grávida na data dessa admissão. Porém, em fevereiro de 2001, foi editada lei ordinária, fixando em dez contribuições mensais o período de carência do salário-maternidade da segurada empregada. Assim, quando, em julho de 2001, Amélia postulou a concessão do salário-maternidade, o INSS indeferiu o seu pedido, sob o argumento de que ela não tinha cumprido o período de carência estabelecido em lei.
- Em face dessa situação, a decisão do INSS não aplicou adequadamente o direito previdenciário, dado que a referida alteração no período de carência do salário-maternidade não contemplaria o caso de Amélia, que continuaria a ser regido pela regra vigente no momento de sua contratação, regra essa que estabelecia independência de carência a concessão de salário-maternidade tanto às seguradas empregadas quanto às seguradas contribuintes individuais.
- ❺ O auxílio-funeral não é um benefício que faz parte do regime geral de previdência social.

QUESTÃO 40

Acerca das agências reguladoras e executivas, julgue os itens a seguir.

- ❶ Na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), um de seus diretores deve ser indicado no respectivo decreto de constituição como o responsável por desempenhar a função de ouvidor, a fim de zelar pela qualidade do serviço público de energia elétrica e de receber, apurar e solucionar as reclamações dos usuários.
- ❷ A lei regulamentadora da ANEEL estabelece o que geralmente se designa como “quarentena”, isto é, o período no qual o ex-dirigente da agência continua a ela vinculado durante certo tempo após ocupar o cargo; no caso específico dessa lei, esse período é de doze meses e, nele, o ex-dirigente não pode prestar nenhuma espécie de serviço, ainda que graciosamente, às empresas que estiveram sob sua regulamentação ou fiscalização, inclusive as controladas, coligadas ou subsidiárias daquelas.
- ❸ Embora integre a administração pública na qualidade de autarquia especial e detenha certo grau de independência administrativa e financeira, bem como mandato fixo e estabilidade para seus dirigentes, a ANATEL mantém vínculo hierárquico em relação ao ministro de Estado das Comunicações, a cujo ministério é vinculada.
- ❹ A ANATEL concentra a maior parte das competências relativas à supervisão do sistema brasileiro de telecomunicações, mas divide parte delas com o Ministério das Comunicações; exemplo de competência desse ministério é a certificação de produtos destinados ao uso em telecomunicações, pois essa atribuição não é da ANATEL.
- ❺ Além de a Agência Nacional do Petróleo (ANP) deter os atributos de autonomia inerentes à condição de autarquia especial, seus diretores não são de livre nomeação e exoneração por parte do presidente da República, uma vez que o nome deles deve ser aprovado pelo Senado Federal previamente à nomeação.

QUESTÃO 41

Com relação às agências reguladoras e executivas, julgue os itens seguintes.

- ❶ Como regra geral, as sessões deliberativas da ANP são públicas e permitem que os presentes realizem gravação delas, bem como que solicitem transcrição do que nelas se discutir; a lei prevê, porém, que, caso a matéria envolva interesse estratégico do mercado de combustíveis, a diretoria da agência, por decisão unânime, torne reservada uma dessas sessões, restrita a presença aos representantes das partes e a seus advogados.
- ❷ O controle de portos, aeroportos e fronteiras, no que diz respeito à vigilância sanitária, é uma das áreas de atuação que compete à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS); além disso, pode a agência, entre outras atribuições, interditar, a depender das circunstâncias, local de venda de produtos relativos à saúde, como farmácias e drogarias.
- ❸ Os produtos sujeitos à ação da ANVS não são apenas medicamentos, mas também alimentos, inclusive bebidas e águas envasadas; cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes; saneantes; equipamentos e materiais médico-hospitalares, odontológicos e hemoterápicos e de diagnóstico laboratorial e por imagem; imunobiológicos e suas substâncias ativas; sangue e hemoderivados; órgãos, tecidos humanos e veterinários para uso em transplantes ou reconstituições; radioisótopos; cigarros e qualquer outro produto fumígeno.
- ❹ A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) atua como órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantam a assistência suplementar à saúde; divide essa atribuição, em alguns pontos, com o Ministério da Saúde; no caso de usuários de planos privados de saúde que se valham dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), competirá àquele ministério estabelecer as normas para ressarcimento do SUS.
- ❺ A fim de conferir segurança à situação jurídica dos dirigentes da ANS, a legislação estabelece, em favor deles, estabilidade no cargo após quatro meses de mandato, do qual somente podem ser afastados pela expiração do respectivo mandato ou por decisão judicial que lhes aplique sanção penal e com trânsito em julgado.

QUESTÃO 42

Ainda com referência às agências reguladoras e executivas, julgue os itens abaixo.

- ❶ Cabe à Agência Nacional de Águas (ANA) a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos em todo o Brasil; porém, no caso de bacias hidrográficas compartilhadas com outros países, devido aos reflexos internacionais que atingem os interesses da União no plano externo, aquela política é de competência do presidente da República e de comissão de relações exteriores do Congresso Nacional.
- ❷ Não apenas o Banco do Nordeste do Brasil S.A. mas igualmente outros bancos podem exercer o papel de agente financeiro da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE); caber-lhes-á não só creditar valores decorrentes dos projetos autorizados pela agência como também fiscalizar a implementação desses projetos; a atuação do agente financeiro não será gratuita, mas remunerada, segundo dispuser o Poder Executivo; a ADENE, em que pese a sua denominação, deve atuar não apenas nos estados da Região Nordeste, mas ainda em trechos de Minas Gerais e do Espírito Santo.
- ❸ A Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) é dirigida de maneira colegiada por diretoria cujos membros são livremente escolhidos pelo presidente da República, apenas sujeitos à aprovação por parte do Senado Federal; ninguém que haja sido acionista ou sócio de empresa beneficiada por projeto aprovado pela ADA poderá ser nomeado para a diretoria da entidade.
- ❹ Ressalvadas as garantias estabelecidas em lei para o exercício da direção das Agências Nacionais de Regulação dos Transportes Terrestre e Aquaviário, cabe-lhes, sobretudo, implementar as políticas formuladas pelo Ministério dos Transportes e pela Presidência da República.
- ❺ Com exceção dos membros das diretorias, as agências reguladoras e executivas têm seu pessoal disciplinado pela legislação trabalhista, sob o regime de emprego público; a seleção dos empregados deve dar-se, como regra, por meio de concurso público, que poderá abranger provas orais, escritas e de títulos e curso de formação específica.